

PROFISSÃO DERROTADA, CIÊNCIA NÃO LEGITIMADA

é preciso entender a institucionalização
do campo jornalístico

Copyright © 2010
SBPJor / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

EDUARDO MEDITSCH
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

As dificuldades de desenvolvimento teórico sobre o jornalismo na área acadêmica específica (quer do próprio Jornalismo, quer da Comunicação) e os problemas que isso acarreta, tanto para a legitimação da profissão quanto da disciplina científica, apontam a necessidade de uma investigação de suas causas a partir do estudo da institucionalização do campo jornalístico. Identificando insuficiências nas dicotomias que têm guiado o debate a este respeito, e nos próprios estudos anteriores do pesquisador sobre o tema, este artigo propõe a necessidade de aumentar o conhecimento sobre a história do Jornalismo no campo acadêmico, a partir do referencial teórico da Sociologia do Conhecimento, buscando dados sobre sua institucionalização social e cognitiva, contextualizando-os em relação às histórias do Jornalismo e da Universidade e interpretando-os com base nos estudos sobre a Sociedade e a Cultura. A hipótese com que trabalha é de que a identificação e a descrição dos frames construídos no processo de institucionalização da área podem ajudar a esclarecer as dificuldades epistemológicas constatadas no seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Jornalismo. Campo Acadêmico. Institucionalização. Frames. Epistemologia.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Estudos recentes na área, como os de ZELIZER (2004) e SHOEMAKER & COHEN (2006), têm lembrado uma constatação incômoda, feita já há trinta anos, quando vários sociólogos norte-americanos decidiram passar um tempo observando internamente as redações de seu país para estudar a produção e a natureza da notícia: nas palavras de Phillips (1976, p. 88), “os jornalistas não conceitualizam suas próprias experiências, nem situam as situações concretas num contexto teórico mais amplo”.

A dificuldade e/ou o desprezo constatado nessa situação, após tanto tempo e tantos estudos realizados, enfatiza um dos problemas crônicos do processo de profissionalização do ofício em nível internacional: a inexistência de um corpo de conhecimentos específicos, amadurecido filosófica e cientificamente, consensuado internamente e reconhecido

socialmente para justificar o fechamento do mercado de trabalho a seus possuidores, em nome da qualidade da prestação de um serviço público: o pré-requisito para o reconhecimento de qualquer profissão (REESE, 1999; FIDALGO, 2008). No Brasil, este déficit teórico concorreu para a decisão do Supremo Tribunal Federal que derrubou a exigência do diploma específico para o acesso à profissão em 2009.

Mas se, por um lado, tal déficit demonstra a fragilidade do processo de profissionalização do Jornalismo (sua dificuldade de ultrapassar o nível de quase profissão), por outro denota o estágio de desenvolvimento do campo acadêmico em que está inserido, e que assume a responsabilidade por sua formação profissional no nível universitário. Ao não fornecer, ao meio profissional a que está vinculada, as teorias de que este necessita para afirmar a sua especificidade e relevância, a área acadêmica do Jornalismo ou da Comunicação (qualquer que seja o ângulo com que seja observada neste sentido) também expõe fragilidades no processo de sua própria legitimação (sua dificuldade de ultrapassar o nível de quase-disciplina). Os desafios da “profissionalização acadêmica” (REESE & COHEN, 2000) e do reconhecimento da área no campo científico (BOURDIEU, 2005; SPROULE, 2008) passam igualmente, desta forma, pelo enfrentamento da questão.

Os debates travados no meio acadêmico brasileiro, em 2009, a respeito da desregulamentação da profissão de jornalista pelo Supremo Tribunal Federal, e do Projeto de Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo, elaborado sob o impacto da mesma, trouxeram à tona, mais uma vez, as fissuras na “institucionalização cognitiva” do campo, que tensionam periodicamente a sua “institucionalização social” (WHITLEY, 1974).

Berger & Luckmann destacam o papel das instituições para orientar os atores sociais:

As instituições foram criadas para aliviar o indivíduo da necessidade de reinventar o mundo a cada dia e ter de se orientar dentro dele. As instituições criam ‘programas’ para a execução da interação social e para a ‘realização’ de currículos de vida. Elas fornecem padrões comprovados segundo os quais a pessoa pode orientar seu comportamento [...]. Quando as instituições funcionam normalmente, o indivíduo cumpre os papéis a ele atribuídos pela sociedade na forma de esquemas institucionalizados de ação e conduz sua vida no sentido de currículos de vida assegurados institucionalmente, pré-moldados socialmente e com alto grau de autoevidência. Em seu resultado, as instituições substituem os instintos: possibilitam um agir para o qual nem sempre é preciso pesar cuidadosamente as alternativas. Muitas interações sociais importantes,

do ponto de vista da sociedade, são realizadas de forma quase automática” (BERGER & LUCKMANN, 2004, pp. 55-56).

No entanto, como observam os autores, na socialização das instituições ocorrem fissuras, quando não verdadeiras rupturas.

A literatura internacional sobre o ensino e a pesquisa em Jornalismo tem demonstrado que as fissuras na área são mais gerais do que suas manifestações pontuais, discutidas nos variados contextos nacionais (MEDSGER, 1996; REESE, 1999; TURNER, 2000; ADAM, 2001; BROMLEY et al., 2001; SKINNER et al., 2001; SCHADE, 2006; PIETLÄ, 2008). Inserido num processo de mundialização da cultura, em que a internacionalização da ciência tem papel de vanguarda (ORTIZ, 1994), é pouco provável que o problema da construção do consenso necessário ao amadurecimento epistemológico do campo encontre soluções localizadas, quaisquer que elas sejam, para a questão ainda não solucionada da unicidade e diversidade da área da Comunicação.

Não era possível vislumbrar esse panorama há um quarto de século, quando me debrucei pela primeira vez sobre a questão, em minha investigação de Mestrado, preocupado com o desencontro entre teoria e prática no ensino da Comunicação. A partir de críticas feitas na época aos descaminhos da universidade brasileira - vista como cerceada em sua missão crítica pela dependência a matrizes culturais estrangeiras, cujo positivismo teria “imunizado” as Ciências Humanas - encontrei nas epistemologias críticas e em sua aplicação na pedagogia de Paulo Freire as pistas teóricas que necessitava para “solucionar” a questão que me desafiava. A ponte para a verificação empírica de minhas hipóteses foi dada pela historiografia do campo.

O resultado do estudo – para mim surpreendente por ninguém ter apontado isto antes no Brasil - foi diagnosticar a dissociação entre teoria e prática no ensino de Jornalismo como resultado da introdução no país da “Comunicação Social” como parâmetro para o currículo mínimo obrigatório, a partir de 1969. A mudança não havia trazido apenas uma nova ciência, mas também a proposta de um novo profissional associado a ela, o “comunicador polivalente”, que deveria substituir os jornalistas (e os demais profissionais) anteriormente formados nas escolas. Desta forma, a Comunicação como área acadêmica já não entraria no nosso país como havia sido pensada anteriormente por Pompeu de Souza, no projeto da UnB, a partir do modelo inspirado nos Estados Unidos: uma Escola de Comunicação de Massa com cursos profissionais diferenciados (SOUZA, 1965). Aqui, as profissões existentes deveriam ser extintas e

substituídas (NIXON, 1981). Como seria previsível, isso nunca aconteceu na realidade, pois o mercado de trabalho possuía uma dinâmica própria. No mesmo ano de 1969, em que era decretado este currículo mínimo obrigatório, o mesmo governo militar regulamentou a profissão de Jornalista, com a exigência de diploma superior específico.

Esta contradição, somada à inconformidade das próprias escolas com as novas orientações pedagógicas impostas, manteve as profissões clássicas como “habilitações” do novo Curso de Comunicação Social e tornou o “comunicador polivalente” uma habilitação entre as outras, que com o tempo seria abandonada (MELO 1974). No entanto, a teoria pensada para a formação deste profissional idealizado ocupou os currículos no chamado “tronco comum”, enquanto as “partes específicas” eram preenchidas com disciplinas técnicas, voltadas às profissões existentes, sem maior conteúdo teórico ou ligação com aquele tronco comum. A dicotomia entre teoria e prática, se já existia antes nos antigos Cursos de Jornalismo, ficou mais difícil de reverter nos novos Cursos de Comunicação (MEDITSCH, 1990).

Acompanhando interpretações feitas na época, que atribuíam os problemas de nossa Universidade à questão da dependência cultural e ao intervencionismo na América Latina por conta da Guerra Fria (IANNI, 1976; CUNHA, & GÓES, 1987), também atribuí a introdução da Comunicação no país às mesmas questões. A tese de uma intervenção política como motivação para a remodelação da área foi confirmada por estudos acadêmicos mais recentes. Porém, minhas limitadas fontes de dados e meu quadro teórico dualista não permitiram observar, naquela época, que isso também havia ocorrido no interior de universidades do “primeiro mundo”, onde uma ciência concebida para o controle social disputava espaço, a partir de então, no interior das Escolas de Jornalismo, na nova área de *Mass Communication* (POOLEY, 2008).

No entanto, a descoberta da origem “ilegítima” e do desenvolvimento “impuro” da Comunicação como ciência, pela sua instrumentalização política, já não nos permite, por si só, compreender no que o campo acadêmico se tornou hoje. As dicotomias podem levar a uma simplificação excessiva da realidade, conduzindo a formas reducionistas de pensamento. Escapar de uma delas não nos impede de cair em outras. A classificação por oposição é um movimento natural na construção das ideias, ainda mais quando essas pretendem cumprir uma finalidade didática mais do que apreender a complexidade do mundo. Embates políticos, como os que periodicamente ocorrem no interior da área acadêmica, tendem a alinhar diferentes matizes, amalgamar perspectivas

e minimizar suas diferenças, a partir de um posicionamento pragmático em relação à questão em disputa. Porém, a prudência científica aconselha a observar, como propõe Bakhtin (1986), que todos os enunciados, ao refletirem a realidade de uma certa maneira, a refratam em outras. Daí a necessidade de evitar as armadilhas de novas dicotomias redutoras.

A perspectiva *Jornalismo x Comunicação* pode ter se tornado uma delas, embora tenha tido um papel importante na recuperação do foco no objeto. Há indícios de que muitos dos problemas constatados no desenvolvimento de uma Teoria do Jornalismo, no interior da Comunicação como disciplina, também não tenham sido solucionados de maneira mais adequada fora dela, onde o Jornalismo se institucionalizou de forma independente. Tanto no período em que teria vivido esta independência inicialmente (na pré-história da Comunicação), quanto nos locais onde a teria mantido depois e até hoje, os problemas de criação teórico-conceitual específica e de legitimação diante dos campos profissional e acadêmico estiveram e estão presentes (REESE, 1999; REESE & COHEN, 2000; WEINBERG, 2008).

A necessidade de uma Teoria do Jornalismo, e as deficiências no atendimento a esta necessidade pelas Teorias da Comunicação, foram apontadas com propriedade por Genro Filho (1987), entre outros autores, e seguem sendo uma questão ainda não resolvida até o presente, apesar de alguns progressos ocorridos neste sentido no último quarto de século (BENETTI, 2005). Uma causa já identificada é o deslocamento do foco de interesse da teoria produzida na área, que se voltou dos produtos para os efeitos da mídia (REESE, 1999). Como os principais objetos de interesse da parte “prática” dos cursos são a produção e os produtos, a falta de valorização destes objetos, por muito tempo, por parte do lado “teórico” dos mesmos cursos, criou um fosso difícil de suplantar.

No campo da produção científica, essa situação criou também uma “terra de ninguém”, que viria a ser ocupada por pesquisadores de outras disciplinas que não a Comunicação, atraídos pela relevância do Jornalismo e pela brecha a ser preenchida. Como observou John Hartley, “o Jornalismo é a *terra nullius* da epistemologia, vista por qualquer um que vagueie por ela como um território inabitado do conhecimento, próprio para ser colonizado por qualquer interessado” (HARTLEY, 1996, p. 39). Em consequência, o impulso interdisciplinar recente faz com que o Jornalismo comece a ser levado mais a sério, mas até aí como objeto de estudo de outras áreas que não necessariamente a Comunicação (ZELIZER, 2004). Como campo específico, sua legitimação acadêmica requer ainda a produção de uma teoria própria, que incorpore a produção

interdisciplinar dos *Journalism Studies* para construir conceitos e metodologias próprias, a partir de uma perspectiva necessariamente original (GROTH, 2006).

Um foco mais fechado no objeto específico pode facilitar esta tarefa, mas não a garante por si só. Sem a abertura interdisciplinar e os hábitos científicos com que os estudiosos de Jornalismo aprenderam a conviver no âmbito da Comunicação, pode ser mais difícil de realizá-la (REESE & COHEN, 2000). Por isso mesmo, o Jornalismo tende a se desenvolver de maneira produtiva como um subcampo acadêmico da Comunicação, nos locais onde a unicidade e a diversidade deste campo maior sejam adequadamente equacionadas, para dar conta da pluralidade de objetos e de objetivos que comporta.

O desafio de uma institucionalização harmônica e consensual no campo parece, no entanto, difícil de transpor, e não apenas no Brasil. Um exemplo disso é o Currículo Modelo proposto no novo Século pela UNESCO, e que representa uma guinada de 180 graus na posição da entidade que, em décadas anteriores, introduziu o Ensino da Comunicação na maior parte do mundo. Chama a atenção no documento o apagamento deste passado, a ausência de qualquer justificativa para uma mudança tão radical de posição e a desconsideração ao fato do Ensino de Jornalismo estar ocorrendo em quase todos os países dentro de Escolas de Comunicação. A existência de um campo acadêmico chamado Comunicação é ignorada, e a Teoria da Comunicação sequer faz parte do currículo proposto (UNESCO, 2007).

O novo currículo da Unesco traz progressos em muitos pontos, como restabelecer o foco na especificidade do Jornalismo e reconhecer o direito dos países em desenvolvimento de possuírem democracias segundo o clássico modelo ocidental. A proposta também se preocupa com os desafios enfrentados pela profissão a partir das questões da globalização, da diversidade cultural e da mutação tecnológica e reafirma a necessidade de formação ampla dos futuros jornalistas no campo das Ciências Humanas para capacitá-los como produtores intelectuais (UNESCO, 2007). Atualiza, assim, um modelo pedagógico já proposto pelos *founding fathers* do Ensino de Jornalismo há um século. No entanto, avança pouco, em relação àqueles, no que compete à teorização específica, desprezando inclusive a contribuição interdisciplinar da florescente área dos *Journalism Studies*, que é pouco ou nada incorporada.

Os *Journalism Studies* são um dos novos recortes que, como os *Cinema Studies*, *Media Studies*, *Cultural Studies* etc., tem diversificado

a área. No início deste novo Século, esses territórios acadêmicos vêm ganhando identidades próprias. Na medida em que avança, cada uma destas novas identidades tensiona a institucionalização do Campo da Comunicação enquanto disciplina unitária, tanto do ponto de vista cognitivo, dificultando a construção do consenso necessário a sua solidificação epistemológica, quanto do ponto de vista social, com a proliferação de redes e entidades diferenciadas em seu interior.

A sobrevivência da identidade do Jornalismo no interior da disciplina da Comunicação vem à tona na América Latina na virada do Século, na esteira da afirmação internacional dos *Journalism Studies* (MEDITSCH et al., 2008). São indicativos desta afirmação, a criação de grupos de interesse nas entidades internacionais da área (ICA e IAMCR), a articulação de redes transnacionais, a fundação de entidades, programas, grupos e linhas de pesquisa, o surgimento de periódicos especializados e a profusão de bibliografia neste subcampo.

Recuperar o foco no Jornalismo como objeto pode, desta forma, trazer algumas vantagens para a área acadêmica da Comunicação como um todo. No entanto, para ser plenamente efetivada, esta recuperação do objeto requer ainda uma superação de paradigmas (KUHN, 1970). Mudanças de paradigmas afetam não só o funcionamento do campo, mas também a percepção sobre o presente e o passado da disciplina (SPROULE, 2008). A perspectiva dos paradigmas permite repensar a dicotomia *Jornalismo x Comunicação*, recolocando a questão, agora como *Comunicação x Comunicação*. Teríamos então novos pontos de vista, não mais baseados nos recortes do objeto, mas sim na natureza e finalidade da disciplina.

A questão da finalidade estabelece modos diversos de ver a história da Comunicação: de um lado, a institucionalização social do campo, respondendo a demandas de formação profissional, a partir do início do Século passado, será valorizada como a sua verdadeira origem. Esta finalidade social, ainda que extracientífica, vai ser assim reconhecida como legítima para guiar a institucionalização cognitiva, tal qual ocorreu em outras disciplinas aplicadas, como a Educação (MELO, 2008). De outro lado, este período anterior à fusão interdisciplinar que ganhou o nome de Ciência da Comunicação será considerado “pré-acadêmico”: uma nova institucionalização cognitiva, com finalidades mais estritamente científicas (a construção da “disciplina de direito próprio”) será o fundamento teleológico visto como o único legítimo para sua posterior institucionalização social, como ocorreu em outras Ciências Sociais, como a Sociologia ou a Antropologia (MARTINO, 2007). O divisor de

águas passa a ser a questão da hierarquia de interesses e finalidades entre a academia e a profissão: num extremo, a visão de que a pós-graduação deve servir às necessidades não atendidas da graduação; num outro, a de que a graduação é que deve seguir o caminho da pós, e se afastar de demandas extracientíficas (como as profissionais) para constituir uma ciência.

A dicotomia *profissional x acadêmico*, tanto quanto a existente entre *Jornalismo x Comunicação*, atravessa também a história do campo (REESE, 1999). Esta afeta a todos os subcampos da Comunicação - os que têm vínculos históricos com as práticas, assim como o Jornalismo (Publicidade, RP, Radialismo, Audiovisual, etc.), e os que se originaram de disciplinas sem este vínculo (Sociologia, Semiótica, Psicologia etc.) - e tensiona as relações entre os dois grandes grupos. A tensão e a acomodação entre esses polos - um interessado por aspectos mais concretos, outro por mais abstratos - também marca a história das entidades internacionais da área (NORDENSTRENG, 2008).

A dicotomia *profissional x acadêmico* recoloca os problemas enfatizados na anterior dicotomia *prática x teoria*, em que se cristaliza uma divisão do trabalho entre especialistas de uma e outra atividade. Já no debate realizado no interior do campo sobre a revisão desta Tabela das Áreas de Conhecimento, em 2005, a principal polarização ocorreu entre: os que defendiam a valorização de um saber comunicacional geral, capaz de constituir a identidade de um campo próprio e de fazê-lo superar o estágio de local de “aplicação” de outros campos (posição defendida pelos acadêmicos que identificam sua área de estudos com a ‘teoria da comunicação’); e os que, ao contrário, viam no acúmulo de conhecimentos específicos o que deveria ser valorizado para a constituição da Comunicação como uma grande área de estudos (posição defendida na reunião pelas entidades do Jornalismo e do Cinema, e ainda pela área de Relações Públicas). Aqui, a dicotomia aparece como *saber geral x saberes específicos* na justificação do campo. No mesmo debate, foi proposta uma reclassificação da Comunicação, com seu reconhecimento como integrante do campo das Ciências Humanas, e não mais das Ciências Aplicadas. A dicotomia aparece então como *ciência legítima x ciência aplicada*.

Poderíamos continuar, talvez indefinidamente, apontando outras dicotomias recorrentes, que vem à tona nos momentos de embate político no interior do campo, mas esse não é nosso objetivo. Por agora, o importante era demonstrar que as questões epistemológicas a serem enfrentadas pela área são muito mais complexas do que aquilo que tem

sido destacado em cada um desses aspectos, se tomado isoladamente, e que não se resolvem através de escolhas binárias como as propostas por cada uma das dicotomias. Inúmeras outras questões subjacentes vão reaparecer sempre, enquanto não forem enfrentadas, seja em contextos de *Jornalismo x Jornalismo* ou de *Comunicação x Comunicação*, como constata Gislene Silva (2009). O enfrentamento racional destas questões, no entanto, passa por uma compreensão mais acurada da construção social e cognitiva do campo. A história de outras disciplinas, que sobreviveram a suas crises de paradigma, demonstra que a frustração do impulso primário de aniquilação mútua das perspectivas contrárias requereu “uma elaboração posterior, em um nível mais alto de integração teórica, das legitimações das várias instituições” (BERGER & LUCKMANN, 1985, pp. 148-9). Entretanto, para que tal passo se torne possível, é necessário antes compreender como ocorre a cristalização dos universos simbólicos em disputa:

A cristalização dos universos simbólicos segue os processos [...] de objetivação, sedimentação e acumulação do conhecimento. Isto é, os universos simbólicos são produtos sociais que têm uma história. Se quisermos entender seu significado, temos de entender a história de sua produção. Isto é tanto mais importante quanto esses produtos da consciência humana, por sua própria natureza, apresentam-se como plenamente desenvolvidos e inevitáveis (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 133).

O conceito de *frame*, tal como utilizado por Stephen Reese no estudo da mídia, pode ser útil para situar essas explicações e as maneiras como foram construídas no processo de institucionalização do campo: “*Frames* são *princípios organizativos* que são *compartilhados* socialmente e *persistentes* no tempo, que atuam *simbolicamente* para *estruturar* significativamente o mundo social (grifos do autor)” (REESE, 2001, p. 5). Para o linguista e cientista cognitivo George Lakoff, “*frames* são as estruturas mentais que permitem aos seres humanos entender a realidade – e algumas vezes a criar o que tomamos por realidade”:

[...] *Frames* facilitam nossas mais básicas interações com o mundo – eles estruturam nossas ideias e conceitos, eles dão forma à nossa racionalização, e eles influenciam ainda como percebemos e como atuamos. A maior parte do tempo, o nosso uso dos *frames* é inconsciente e automático – os utilizamos sem nos darmos conta disto. Erving Goffman, o famoso sociólogo, foi um dos primeiros a observar os *frames* e a forma como eles estruturam nossas interações com o mundo. [...] Ele descobriu algo muito importante: instituições sociais

e situações são formatadas por estruturas mentais (*frames*), os quais então determinam como nos comportamos em tais instituições e situações (LAKOFF, 2006, p. 25).

O conceito de *frame* pode ajudar assim a explicar os “programas” e “prescrições” institucionalizados (BERGER & LUCKMANN, 2004, p. 56), e os “*habitus*” construídos neste processo de institucionalização em nosso campo (BOURDIEU, 2005). Decorre daí a necessidade de aumentar o conhecimento sobre a história intelectual do Jornalismo no campo acadêmico, a começar pelo percurso transcorrido nos últimos cem anos na universidade norte-americana e também em outros países. O início da pesquisa pelos Estados Unidos se deve ao fato daquele país ter ocupado um papel de inegável centralidade nos acontecimentos que moldaram o objeto de estudo no período em análise, apesar da história da área acadêmica do Jornalismo ser mais antiga em outros países europeus (SOUSA, 2004).

Ao longo do Século XX, os Estados Unidos se tornaram a principal potência econômica e militar do planeta, ampliando tal hegemonia também para os campos da cultura de massa e da produção científica. Este protagonismo influenciou de maneira decisiva os modelos através dos quais o Jornalismo é praticado atualmente na maior parte dos países (CHALABY, 1998), como também os paradigmas com que é estudado e as maneiras como é reproduzido através da formação profissional nas universidades (MELO, 2008b; WEINBERG, 2008).

Os “estudos críticos”, fundados numa forte reação à influência norte-americana com base em matrizes europeias (NORDENSTRENG, 2008:234), e desenvolvidos com grande criatividade na América Latina, rejeitaram por algum tempo a maior parte da contribuição científica norte-americana para a área. Porém, esse quase total fechamento da área acadêmica latino-americana aos estudos de Jornalismo que se desenvolviam nos Estados Unidos, que vigorou por mais de uma década, dificultou o desenvolvimento teórico no estudo da notícia. A produção internacional que vai recolocar os processos de produção e a análise dos produtos jornalísticos no centro do foco científico da área de Comunicação demora a aparecer nas Teorias de Jornalismo discutidas no país.

O fim deste isolamento só vai se verificar a partir de meados da década de 1990, com a introdução das coletâneas e compêndios didáticos sobre os *journalism studies* trazidos principalmente de Portugal ou traduzidos lá (WOLF, 1987; TRAQUINA, 1993, 2001, 2004; SOUSA, 2002) que logo se tornariam as obras mais citadas na produção científica sobre

Jornalismo no Brasil (MEDITSCH & SEGALA, 2005; RUBLESCKI, 2010). Para Marques de Melo, “passamos a adotar os excelentes manuais produzidos em Portugal pelo professor Nelson Traquina. Contudo, eles enfeixam ‘ideias fora do lugar’. Seus marcos teóricos reproduzem criticamente os postulados em que foram construídos [...]. Por isso mesmo, denotam ausência natural de empatia com os fenômenos peculiares do Jornalismo brasileiro” (MELO, 2006, p. 35).

A questão da utilização das “ideias fora do lugar” tem sido central no debate intelectual e acadêmico brasileiro desde que o crítico literário Roberto Schwartz criou a expressão, ao analisar a assimilação das ideias burguesas no contexto escravocrata do Século XIX (SCHWARTZ, 1988). Mas, se “as ideias fora do lugar” serviram de insumo para a criatividade artística e literária brasileira, como demonstrou Schwartz em relação à obra do escritor Machado de Assis, no contexto das Ciências Humanas elas trouxeram também problemas epistemológicos de difícil enfrentamento. A aplicação de conceitos fora do contexto teórico que lhes deu origem, principalmente num campo interdisciplinar como o da Comunicação, em que esses conceitos são importados não somente de outros países, como também de outros campos de conhecimento, cria dificuldades ainda maiores. A citação continuada e “em cascata” de conceitos de sucesso nos estudos de jornalismo, como os de *gatekeeping*, *agenda-setting*, *newsmaking*, *framing*, *social construction of reality* etc., com o desconhecimento das pesquisas e dos contextos que lhes deram origem, provoca muitas vezes a sua reificação e banalização, e usualmente uma generalização ou deslocamento de sua utilização, de maneiras não autorizadas pelas metodologias que lhes deram origem (MEDITSCH, 1997; 2001).

Embora a teoria da dependência cultural tenha contribuído para uma maior consciência neste sentido, conduziu muitas vezes também para uma nova dicotomia, em torno da questão nacional, que pretendia explicar todos os problemas por este viés e não permitia vislumbrar o fenômeno emergente da mundialização da cultura (ORTIZ, 1994). Este outro reducionismo teórico obscureceu o fato de que muitas das experiências vivenciadas aqui eram semelhantes às vividas em países centrais, apesar das diferenças pontuais. Em consequência, a experiência de mais de um século do campo nos Estados Unidos, e os debates e embates a seu respeito, em parte refletidos aqui, não tem sido aproveitados de maneira mais produtiva por falta de um esforço sistemático para a sua recuperação a partir de uma perspectiva que coloque as ideias em seu lugares, para posteriormente contrapô-las à realidade brasileira.

Num momento em que se coloca a necessidade de reinvenção do jornalismo, aumenta a responsabilidade e a cobrança sobre a área acadêmica para que participe deste processo (DOWNIE & SCHUDSON, 2009; FAUSTO NETO, 2009). Dando-se no contexto da mundialização da cultura, porém, em que os Estados Unidos exercem ainda uma inegável liderança internacional, expressa já em nossa área em diversos projetos de globalização dos estudos e do ensino de jornalismo (SHOEMAKER & COHEN, 2006; REESE, 2007; LÖFFELHOLZ & WEAVER, 2008; WAHL-JORGENSEN & HANITZSCH, 2009), uma compreensão mais acurada das matrizes norte-americanas se torna imprescindível para subsidiar a participação brasileira neste processo.

O norte-americano James Carey foi um dos que perguntou e procurou responder “onde o ensino de jornalismo deu errado?” Nossa preocupação tem motivação semelhante, mas foca numa perspectiva um pouco diversa: o que obstaculariza o desenvolvimento teórico sobre Jornalismo dentro da área específica (quer seja vista como Comunicação ou só como Jornalismo)?

Carey também observou, há pouco mais de uma década, não existir ainda uma história da pesquisa em comunicação em sentido estrito (CAREY, 1997, pp. 14-5). Em resposta a esta demanda, apareceram estudos mais críticos da história do campo, como os reunidos por David Park e Jefferson Pooley (2008). Os autores observam que a história das disciplinas científicas é um subcampo marginal, mas necessário à constituição do campo. No caso do Jornalismo e da Comunicação, a maior parte das narrativas históricas norte-americanas seria feita “de dentro”, sem o necessário distanciamento que propiciasse uma contextualização consistente dos eventos. Em contraposição a isso, o que propõem é um “historicismo qualificado”, para “reconstituir as ideias, figuras, batalhas por recursos, e qualquer outro objeto de estudo, dentro do contexto todo de sua localização original no espaço e no tempo” (PARK & POOLEY, 2008, pp. 5-6).

Norma Côrtes busca na

situação hermenêutica”, proposta por Gadamer, o fundamento da consciência histórica: “O objeto do conhecimento histórico é, tal como o seu observador, um sujeito dotado de alguma forma de racionalidade adequada relativamente ao seu próprio tempo e modo de vida, e ambos são igualmente aptos a formular hipóteses de futuro, explicações sobre o passado e conhecimento a respeito de seus respectivos mundos. Dessa forma, além de indicar a polifonia de significados da palavra história – ela é objeto do interesse cognitivo e, simultaneamente, é morada daquele que a investiga -, a consciência histórica instala-se como reconhecimento da variedade da condição

humana e da relatividade dos seus respectivos modos de cognição [...]. Em resumo, o reconhecimento da historicidade da consciência compreensiva [...] reclama pela elaboração de uma história social do conhecimento ou, caso se prefira, uma sociologia do conhecimento [...] que a um só tempo ofereça estrutura conceitual e lastro histórico àquele que conhece (CÔRTEZ, 2003, pp. 49-57).

É a partir da perspectiva da sociologia do conhecimento que deveria se realizar este estudo, observando a história do campo acadêmico do jornalismo como “realidade objetiva” e, ao mesmo tempo, como “realidade subjetiva” (BERGER & LUCKMANN, 1985).

Ao discutir a História e sua relação com o Jornalismo como campo de pesquisa, Romancini (2007) destaca o papel da Nova História Cultural:

uma espécie de centralidade dada à categoria cultura faz com que ela seja estudada numa grande variedade de enfoques [...]. Há, pois, conforme certas áreas, uma nítida aproximação com o contemporâneo, ou pelo menos com um tempo histórico mais próximo do historiador. E daí a utilização de técnicas de investigação mais tradicionais das ciências sociais [...] e mesmo de outras técnicas que hoje já adquirem estatuto metodológico propriamente histórico, devido à reflexão realizada a respeito, como a história oral, em suas várias dimensões [...] (ROMANCINI, 2007, pp. 28-9).

Ao revisar o debate sobre “a situação hermenêutica”, Minayo propõe que “somente na medida em que descobre as razões que fazem aparecer, tal como é, um depoimento de determinado locutor, o analista pode apreender o que o sujeito quis dizer, isto é, a significação da fala” (MINAYO, 2004, p. 222). Na perspectiva do estudo do discurso, trata-se de captar a “compreensão responsiva” postulada pelo locutor no diálogo social, pois “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1992, p. 291). Romancini aponta vantagens na possibilidade de combinação das perspectivas “moderna” e “pós-moderna” num estudo histórico:

difícilmente pode-se negar que, de um lado, a historiografia ‘pós-moderna’ traz propostas e questões relevantes para a epistemologia histórica, de maneira geral, como o reconhecimento do caráter narrativo e discursivo que mesmo uma história estrutural assume, obrigando a maior reflexividade dos pesquisadores sobre esse ponto [...]; o recorte micro também foi capaz de dinamizar a História criticando (ou mostrando os limites) de modelos idealistas de análise, e colocando o próprio presente e as motivações do pesquisador em causa. Por outro lado, observam-se possibilidades de combinação entre abordagens macro e micro (ROMANCINI, 2007, p. 29).

Como o autor observa, essa perspectiva eclética às vezes é pouco compreendida por pares mais confortavelmente instalados em pontos de vista estabelecidos. Apesar dos riscos de incompreensão que significa, o ecletismo teórico precisa ser mantido na interpretação dos dados de qualquer pesquisa em que a transposição de paradigmas é pressuposta pelo escopo que subjaz o projeto, para que possa de fato colaborar para “uma elaboração posterior, em um nível mais alto de integração teórica, das legitimações das várias instituições” (BERGER & LUCKMANN, 1985, pp. 148-9).

A hipótese de trabalho de que partimos é de que a identificação e descrição dos *frames* construídos no processo de institucionalização social e cognitiva da área, em nível internacional, podem ajudar a explicar suas dificuldades epistemológicas constatadas aqui. Para tanto, tal análise precisa ainda ser confrontada com a história do campo no Brasil e com referências da história de outras disciplinas. É um programa de trabalho tão amplo quanto inescapável para responder às perguntas que nos inquietam neste momento quanto ao futuro da profissão e também ao futuro da disciplina.

| BIBLIOGRAFIA

- ADAM, G.S. The education of journalists. *Journalism* 2(3) (2001): 315-340.
- BROMLEY, M. et al. Editorial: Journalism Education. *Journalism* 2(3) (2001): 251-254.
- BENETTI, Marcia. Data and reflections on three journalism research environments. *Brazilian Journalism Research*. 1(1) (2005) 23-46.
- BERGER, P; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 10ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. The Political Field, the Social Science Field and the Journalistic Field. In BENSON, R.; NEVEU, E. (eds.) *Bourdieu and the Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press, 2005 29-47.
- BOYLAN, James. *Pulitzer's School*. New York, Columbia University Press, 2003.
- CAREY, James. The Chicago School and the History of Mass Communication Research. In MARSON, E.S.; WARREN, C.A.(eds.) *James Carey: a critical reader*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- CHALABY, Jean. *The Invention of Journalism*. New York: St. Martin Press,

- 1998.
- CÔRTEZ, Norma. *Esperança e Democracia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- CUNHA, L.A.; GÔES, M. *O golpe na educação*. Rio: Jorge Zahar, 1987.
- DOWNIE, L.D.; SCHUDSON, M. *The Reconstruction of American Journalism: a report*. New York: Columbia University, 2009.
- FAUSTO NETO, Antonio. Novas exigências de formação. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. VI(2) (2009):149-159.
- FIDALGO, Joaquim. *O Jornalista em Construção*. Porto: Porto Editora, 2008.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GROTH, Otto. Tarefas da pesquisa da ciência da cultura. in MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs.) *A Era Glacial do Jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- HARTLEY, John. *Popular reality: Journalism, Modernity, Culture*. London: Edward Arnold, 1996.
- IANNI, Otávio. *Imperialismo e Cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976
- KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Com-Arte/Edusp, 1997.
- LAGE, Nilson. Fragmentação, unidade e liberdade in VIEIRA, R.A. *Comunicação de Massa: o impasse brasileiro*. Rio: Forense, 1978.
- LAKOFF, George. *Thinking Points*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2006.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *O adiantado da hora: a influência norteamericana no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1990.
- LÖFFELHOLZ, M.; WEAVER, D. *Global Journalism Research*. Malden: Blackwell, 2008.
- MARTINO, Luiz. C. Os cursos de Teoria da Comunicação à luz do jornalismo: obstáculos e impropriedades das posições tecnicista e intelectualista. In FERREIRA, G.M.; MARTINO, L.C.(orgs.) *Teorias da Comunicação*. Salvador: Edufba, 2007.
- MEDITSCH, E. O Conhecimento do Jornalismo: elo perdido no ensino da Comunicação. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA-USP, 1990.
- _____. A desterritorialização dos conceitos e os estudos sobre jornalismo em Portugal. Recife: Anais do Ibercom, 1997.
- _____; SEGALA, M. Trends in three 2003/4 journalism academic meetings. *Brazilian Journalism Research*. 1(1) (2005) 47-60.
- _____; SEGALA, M; AYRES, M. De volta à especificidade dos estudos em jornalismo: o GT da Alaic no início do novo Século. *Revista da Alaic V*

- (8) (2008): 264-279.
- MEDSGER, Betty. *Winds of Change*. Arlington: The Freedom Forum, 1996
- MELO, J. M. *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1974.
- _____. *Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. *A Batalha da Comunicação*. Sorocaba: Eduniso, 2008.
- _____. *História Política das Ciências da Comunicação*. Rio: Mauad, 2008b.
- MEYER, Philip. *Os jornais podem desaparecer?* São Paulo: Contexto, 2004.
- MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento*. 8ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NIXON, Raymond. *Education for Journalism in Latin America*. Minneapolis: MJC, 1981.
- NORDESTRENG, K. Institutional networking: the history of IAMCR. in PARK & POOLEY (2008) 225-250.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PARK, D.W.; POOLEY, J. (eds.), *The History of Media and Communication Research: contested memories*. New York: Peter Lang: 2008.
- PETERS, J.D. Institutional Opportunities for Intellectual History in Communications Studies. In PARK & POOLEY (2008).143-162
- PHILIPS, E.B. Novelty without change. *Journal of Communication* 26(4): 87- 92 (1976).
- PIETLÄ, V. How does a discipline become institutionalized? in PARK & POOLEY (2008). 205-224.
- POOLEY, J. The new history of Mass Communication Research. in PARK & POOLEY (2008). 43-70.
- REESE, Stephen. The Progressive Potential of Journalism Education: recasting the academic versus professional debate. *Press/Politics* 4(4) (1999): 70-94.
- _____. Journalism Research and the Hierarchy of Influences Model: A Global Perspective. *Brazilian Journalism Research*. 3(2) 2007. 29-42.
- _____; COHEN, Jeremy. Educating for Journalism: the professionalism of scholarship. *Journalism Studies*. 1(2) (2000): 213-227.
- _____; GANDY, O.; GRANT, A. (eds.) *Framing Public Life*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.
- ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007. p.23-47.
- SCHADE, Edzard. *Academia and Journalism – a complex relationship*. Zurich: IPMZ, 2006.

- SCHOEMAKER, P.J.; COHEN, A.A. *News Around the World*. New York: Routledge, 2006.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- SILVA, Gislene da. De que campo de jornalismo estamos falando?. *Matrizes*. 3(1) (2009) 197-212.
- SKINNER, D. et al. Putting theory to practice. *Journalism* 2(3) (2001): 341-360.
- SOUSA, J.P. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002
- _____. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. 1(2) (2004) 31-48.
- SOUZA, Pompeu de. Faculdade de Comunicação de Massa. *Cadernos de Comunicação e Jornalismo* 1. Rio: Jornal do Brasil, 1965.
- SPROULE, J.M. "Communication": From Concept to Field to Discipline in PARK & POOLEY (eds.), 2008: 163-178.
- TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias, "estórias"*. Lisbon: Veja, 1993
- _____. *O Estudo do Jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- _____. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis, Insular/Posjor UFSC, 2004.
- TURNER, Graeme. Media Wars: journalism, cultural and media studies in Australia. *Journalism* 1(3) (2000): 353-365.
- UNESCO. *Model Curricula for Journalism Education for Developing Countries & Emerging Democracies*. Paris: Unesco, 2007.
- WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. *The Handbook of Journalism Studies*. London: Routledge, 2009.
- WEINBERG, Steve. *A Journalism of Humanity*. Columbia: University of Missouri Press, 2008.
- WHITLEY, Richard. *Social Processes of Scientific Development*. London: Routledge, 1974.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1987
- ZELIZER, Barbie. *Taking Journalism Seriously: News and the Academy*. London: Sage, 2004.

Eduardo Meditsch é pesquisador do CNPq, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenador do Grupo de Estudos em Jornalismo da Associação Latino-americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAI), ex-diretor científico da SBPJor, ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. Publicou os livros *O Conhecimento do Jornalismo* (Florianópolis: Edufsc, 1992) e *O Rádio na Era da Informação* (2 ed. Florianópolis: Edufsc/Insular, 2007). Fundou a revista *Estudos em Jornalismo e Mídia*.
E-mail: eduardo.meditsch@pq.cnpq.br